



Pós-guerras

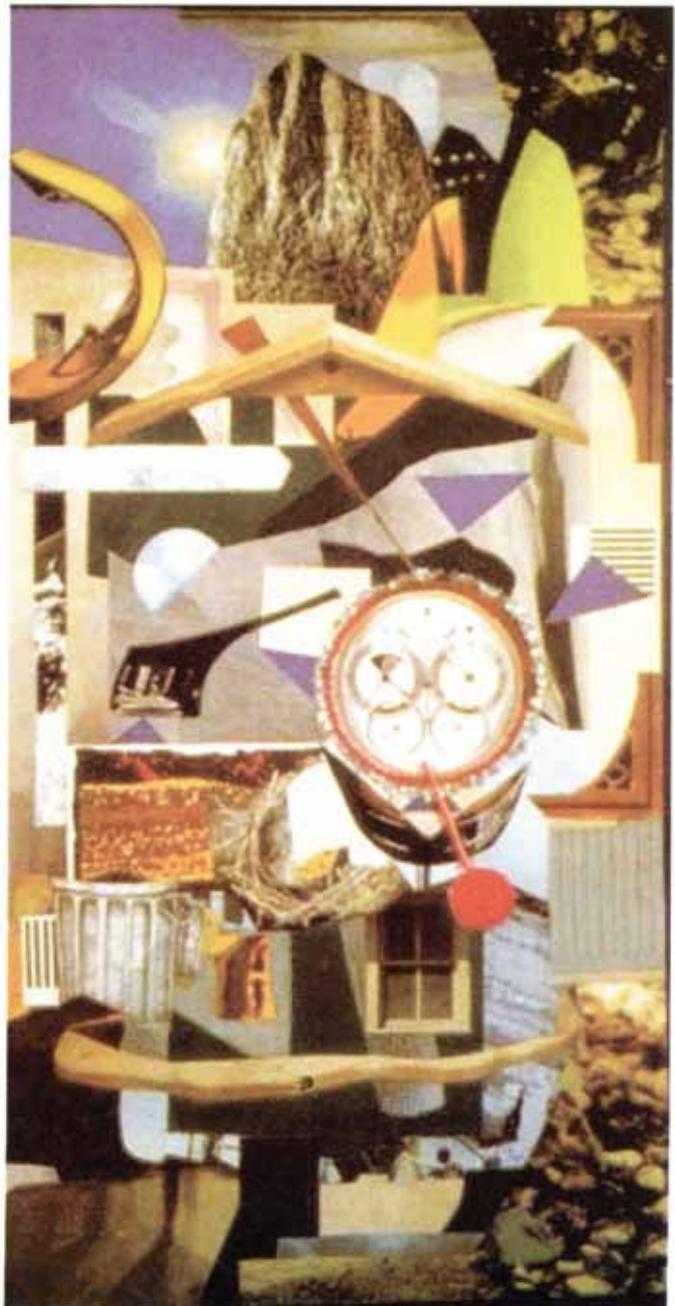
Luis Fernando Veríssimo

Guerras Mundiais são coisas sujas, barulhentas e arriscadas que, no entanto, têm o seu valor.

Um pouco como o pregão da Bolsa. As guerras mundiais funcionam como pontuação, e sem elas a História deste século nunca mudaria de parágrafo.

O próprio século deve o seu começo à I Guerra Mundial. Sem ela o século XIX, que foi um século chatíssimo, teria se prolongado muito além da sua fronteira cronológica e você e eu ainda andaríamos por aí usando espartilhos ou grandes bigodes. Ou espartilhos e grandes bigodes. A I Guerra Mundial encerrou o século XIX providencialmente em 1914, ponto e nova linha.

Ah, o pós-guerra de 1914. A idade do Jazz. Baixou a moral e levantaram-se as saias. A rainha Vitória ainda não tinha esfriado e Freud já estava insinuando todas aquelas coisas sobre nós e a nossa mãe. A Semana de Arte Moderna, em São Paulo, Mário e Oswald dançando o maxixe na ponta do edifício





Martinelli antes de ele ser construído. Joyce lançando *Ulisses*, em Paris, Eliot lançando *The Waste Land*, em Londres, Scott lançando *Zelda* dentro da fonte em Nova Iorque, ah, os anos loucos. Mas nossos pais, naquelas sombrias fotografias de família, não pareciam estar se divertindo muito. O cinema começou a falar e nunca mais parou. Depois que Lindbergh cruzou o Atlântico, todo mundo quis fazer o mesmo. Scott, *Zelda*, Ernest, Gertrudes, Sacadura, Gago, Zeppelin, os irmãos Marx... todos dentro do mesmo camarote. Os Fords saindo das fábricas em série e os especuladores se atirando das janelas, no crack do mercado, sem qualquer organização. Getúlio e Oswaldo dançando o pezinho na ponta do obelisco da avenida Rio Branco, *Zelda* atirando Scott no Sena, Hitler limpando a espuma do chope do bigode, botando as mãos sobre a mesa para se levantar e declarando: "É hoje!"

Ah, o pós-guerra de 1945. Stalin ainda não tinha esfriado e Krushev já estava insinuando que, entre outras coisas, ele comia meleca. Tempos de Lúcio Alves, rabo-de-peixe, gripe asiática e strogonoff. O vestido saco. O

Sputnik. Meu Deus, a UDN! Obdulio Varela, Eisenhower e bambolê. A televisão, o jato, o transistor, o rock-balada. Os tecidos sintéticos, um certo sorriso e Jânio Quadros. Pouco depois, os Beatles. Você ia dormir em 31 de março e acordava em 1º de abril, dia após dia, sem parar, como um chuveiro mal fechado. E por um breve e fulgurante momento – o monoquini. Um dia você liga a televisão e grita: "Ei, tem um escafandrista na Lua!", mas é um americano, e só o que ele tem a dizer é: "Bacana, viu? Bacana mesmo". Rambo I, Rambo II e Rambo III, a saturação. Lady Di. Boy George, Kadafi. E Jânio Quadros.

Ah, os anos pós-guerra de 1986. Ir aos melhores restaurantes e sempre encontrar lugar. Não precisar mais pagar eletricidade, pois você brilha no escuro. Saber que quando quiser você pode pegar o trem noturno Rio-São Paulo com a Monique Evans sem fazer reserva. Teoricamente, pois não existe mais o trem noturno, nem Rio, nem São Paulo, e a Monique Evans é só um umbigo na memória, e como dói. Na arte depois do pós-moderno, chegou o pós-tudo. Sozinho na sua caverna você ten-



ta reinventar a pintura em paredes, mas não lembra mais como é mamute. Ah, loucos anos. Pela primeira vez na História do mundo alguém pode dizer que é todo ouvidos sem estar sendo metafórico. Um dia você houve dizer que sobrou mais gente no mundo além de você e seu grupo de sauna, com o qual você só conversava sobre dietas e calorias e realmente não tem mais assun-

to, e você parte para procurá-los. Finalmente, convívio civilizado. Conversa interessante, intercâmbio cultural, quem sabe um romance? Você atravessa um deserto borbulhante que separa você da colônia de sobreviventes cuja fumaça enxergava no horizonte. E descobre que de fato sobraram mais três pessoas no mundo. A Margaret Thatcher e dois Menudos. ■



Debate sobre o Estado

TEXTO 1

Os dois objetivos e os setores do Estado

Luiz Carlos Bresser Pereira¹

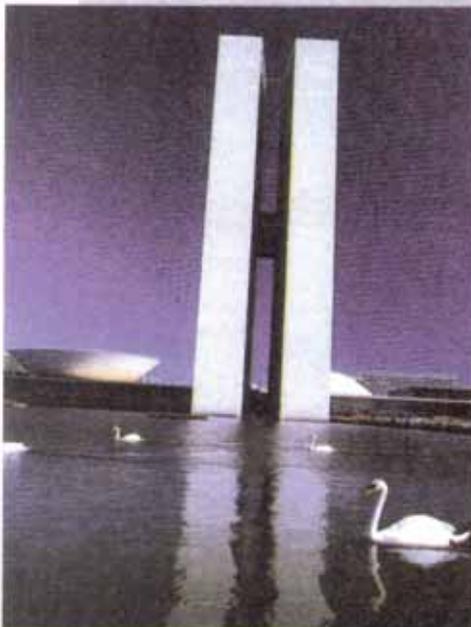
A partir de 1995, com o governo de Fernando Henrique, surge uma nova oportunidade para a reforma do Estado em geral e, em particular, do aparelho do Estado e do seu pessoal. Esta reforma terá como objetivos:

- a curto prazo, facilitar o ajuste fiscal, particularmente nos estados e municípios, onde existe um claro problema de excesso de quadros;
- a médio prazo, tornar mais eficiente e moderna a administração pública, voltando-a para o atendimento dos cidadãos.

O ajuste fiscal será realizado principalmente com a exoneração de funcionários por excesso de quadros, com a definição clara de teto remuneratório para os servidores e com a modificação do sistema de aposentadorias, aumentando-se o tempo de serviço exigido, a idade mínima para a aposentadoria, exigindo-se tempo mínimo de exercício no serviço público e tornando o valor da aposentadoria proporcional à contribuição. As três medidas exigirão mudança constitucional.

Uma alternativa às dispensas por excesso de quadros, que provavelmente será muito usada, será o desenvolvimento de sistema de exoneração ou de desligamento voluntário. Nestes sistemas, os administradores escolhem a população de funcionários passíveis de exoneração e propõem que uma parte deles se exonere voluntariamente em troca de indenização e treinamento para a vida pri-

¹ Ministro do governo no MARE - Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado.





vada. Diante da possibilidade iminente de dispensa e das vantagens oferecidas para o desligamento voluntário, um número substancial de servidores apresentar-se-á.

Já a modernização ou o aumento da eficiência da administração pública será o resultado a médio prazo de um complexo projeto de reforma, com o qual se buscará a um só tempo fortalecer a administração pública direta ou o "núcleo estratégico do Estado", e descentralizar a administração pública com a implantação de "Agências Executivas" e de "organizações sociais" controladas por contratos de gestão.

(...) A proposta de reforma do aparelho do Estado parte da existência de quatro setores dentro do Estado:

- (1) O núcleo estratégico do Estado,
- (2) as atividades exclusivas do Estado,
- (3) os serviços não-exclusivos ou competitivos, e
- (4) a produção de bens e serviços para o mercado.

O núcleo burocrático [ou estratégico] corresponde ao poder legislativo, ao poder judiciário, e, no poder executivo, às forças armadas, à polícia, à diplomacia, à arrecadação de impostos, à administração do Tesouro público, à administração do pessoal do Estado, assim como as atividades definidoras de políticas públicas existentes em todos os ministérios. O núcleo burocrático está voltado para as funções de governo, que nele se exercem de forma exclusiva: legislar e tributar, administrar a justiça, garantir a segurança e a ordem interna, defender o país contra o inimigo externo, e estabelecer políticas de caráter econômico, social, cultural e do meio ambiente.²

² Pereira, Bresser. 1995



No nível estadual e municipal existem correspondentes núcleos estratégicos.

O setor de serviços faria parte do Estado, mas não seria governo. Suas funções: as de "...cuidar da educação, da pesquisa, da saúde pública, da cultura, e da seguridade social. São as funções que também existem no setor privado e no setor público não-estatal das organizações sem fins lucrativos".³

O serviços não-exclusivos ou competitivos do Estado são aqueles que, embora não envolvendo poder de Estado, o Estado realiza e/ou subsidia porque os considera de alta relevância para os direitos humanos, ou porque envolvem economias externas, não podendo ser adequadamente recompensados no mercado por meio da cobrança dos serviços.

Finalmente, a produção de bens e serviços para o mercado é realizada pelo Estado pelas empresas de economia mista, que operam em setores de serviços públicos e/ou em setores considerados estratégicos.

Trechos extraídos de: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Crise Económica e Reforma do Estado no Brasil: Para uma nova interpretação da América Latina., Ed. 34, São Paulo, 1ª ed., 1996 e A Reforma do Aparelho de Estado e a Constituição Brasileira. (Conf. no Seminário sobre Reforma Constitucional, patrocinado pela Presidência da República, janeiro de 1995, revisada em abril/95)

³ Pereira, Bresser. 1995

**TEXTO 2****O outro lado da reforma do Estado***Marco Aurélio Nogueira¹*

(...) Somos convidados o tempo todo, pelo discurso dominante, a ver o Estado como algo “externo” à sociedade, um simples agente de controle, proteção e regulação do mercado. Falta política em nosso debate sobre o Estado, que não é tratado nem como instrumento de dominação, a expressar uma dada correlação de forças, nem como um desdobramento vivo da sociedade, espaço no qual se condensam interesses e relações sociais, nem, muito menos, como elemento de realização de determinadas aspirações e apostas comunitárias. Entre nós, o Estado tem sido tratado como um agente dentre outros, quase sempre como um instrumento “negativo”, cujas proporções “exageradas” e cuja ineficácia crônica pesariam como um castigo sobre a sociedade, os indivíduos, o livre mercado...



... A modernização capitalista deste fim-de-século tem como característica a ela inerente uma grande capacidade de deslocar o Estado e a política para a periferia da vida coletiva, e isto em nome do mercado, do individualismo e da dedicação com que todos deveriam se entregar à “competição”, à luta pela vida. Até mesmo por conta desse fato, ficamos com mais dificuldades para entender o problema do Estado, compreender suas múltiplas dimensões e desarmar o seu rebaixamento atual.

¹ Professor de Política na Unesp/Araraquara e pesquisador da Fundap, em São Paulo



... o serviço público é entendido como um acessório da política econômica e o Estado como um obstáculo para o progresso, quer dizer, para a modernização típica deste fim-de-século, que, como sabemos, não compartilha qualquer idéia generosa (mais "clássica", digamos assim) a respeito do que seja progresso, quase sempre o reduzindo a avanço tecnológico, a oferta abundante de bens descartáveis ou a meras sofisticações organizacionais. Em conseqüência, generaliza-se a opinião de que quanto menor for o Estado, e quanto menos investido de poderes e atribuições estiver ele, melhor para a sociedade. O Estado converte-se, assim, em uma espécie de refém do mercado e do cálculo financeiro; algo em suma, vazio de densidade e sentido, desligado da sociedade que o determina e incapaz de funções superiores ou "positivas". Perdem-se, com isto, as duas dimensões mais evidentes do fenômeno estatal: o do Estado como aparato de governo e a do Estado como ambiente para a construção da convivência.

...[as] proposições referentes à chamada "reforma administrativa", que invariavelmente cedem ao discurso "contábil", penalizam recursos humanos e institucionais, entregando-se à lógica "gerencial" do setor privado, numa clara demonstração de que, também aqui, estamos fortemente amarrados à prevaência do mercado sobre o Estado: o economicismo que contamina a cultura da época traduz-se, na área da administração pública, em valorização muitas vezes apressada das técnicas, das "tecnologias" e dos procedimentos pensados pelo mundo empresarial, vistos como expressão pura do que há de mais moderno e bem-acabado e, por isso, passíveis de serem transferidos para as organizações do setor público.



(...) É evidente que estamos em meio a uma batalha pelo Estado. Ela tem a ver não tanto com o **custo** do Estado, mas da sociedade: dos interesses que nela prevalecerão, da organização institucional e da cidadania que deverão nela vigorar, do padrão de desenvolvimento, justiça social, distribuição de renda e inclusão no qual viveremos. Por isso, qualquer reforma digna do nome não pode ser pensada em função dos recursos que os governos deixarão de gastar. Ela será tanto mais consistente quanto mais capacidade tiver de conceber uma nova sociedade e se vincular aos destinos da população, à defesa de seus direitos, à promoção de seu bem-estar. Isso quer dizer que a reforma do Estado [deve ser] o prolongamento de uma reforma democrática e social, pois se destina a reformular as relações entre o Estado e a sociedade civil. Só pode frutificar se chegar a combinar com uma iniciativa voltada para repor a centralidade da política e recuperar os vínculos entre as instituições, os indivíduos e os grupos. Sua meta final, é o revigoramento das possibilidades de que, entre os cidadãos, estabeleçam-se relações superiores de reciprocidade que não só garantam direitos adquiridos e reconhecidos como também propiciem novas oportunidades de justiça social, de representação política e de democracia. (...)

Trechos extraídos de palestra proferida em Seminário promovido pela Escola Sindical São Paulo e publicado na Revista Debate, nº 7, Out/99.



O Processo do orçamento participativo

Ubiratan de Souza

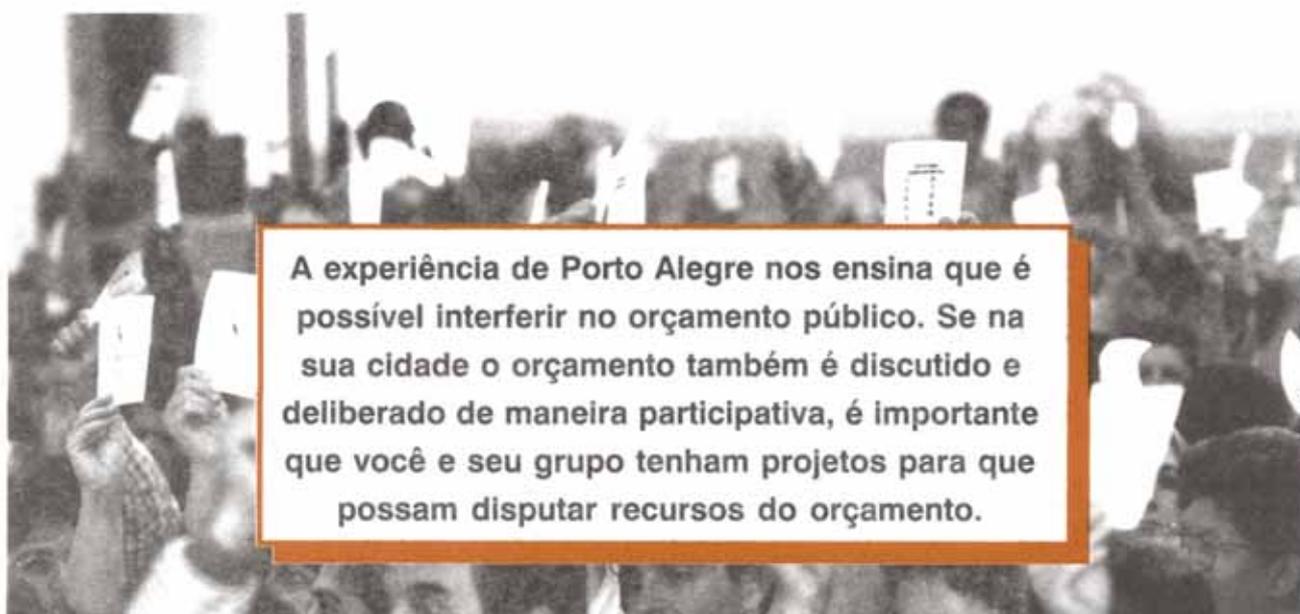
Os dois governos da Administração popular de Porto Alegre, ao longo de oito anos, têm adotado como método o *planejamento em conjunto com a sociedade*, através da realização de uma série de atividades:

- Foram realizados dois Congressos Constituintes na cidade, nos quais a população e o governo aprovaram resoluções para um planejamento de médio e longo prazos;
- A reforma do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), com a criação de oito regiões de planejamento e um novo Conselho do Plano Diretor, com participa-

ção de representantes da sociedade, são exemplos deste processo;

- As plenárias temáticas do Orçamento Participativo, que discutem e decidem obras e projetos estruturais da cidade, são exemplos de um planejamento democrático plurianual.

No caso específico do orçamento participativo, ele é feito a partir da discussão e do diagnóstico técnico/político, elaborado por três vertentes fundamentais: população na base geográfica da cidade, população nas cinco plenárias temáticas e governo.



A experiência de Porto Alegre nos ensina que é possível interferir no orçamento público. Se na sua cidade o orçamento também é discutido e deliberado de maneira participativa, é importante que você e seu grupo tenham projetos para que possam disputar recursos do orçamento.



A base geográfica – 16 regiões

A base geográfica é constituída pela divisão da cidade em 16 regiões. Esta divisão regional foi resultado de um acordo entre o governo e o movimento comunitário, ainda em 1989, levando em conta os

Mesmo que na sua cidade não exista orçamento participativo, não desanime! É possível disputar recursos do fundo público, seja na esfera municipal, estadual ou federal, fazendo pressão. Se não fizermos isso, os recursos acabam sendo destinados para aqueles que têm maior capacidade de influência sobre os governos, por exemplo, os grandes empresários.

critérios de afinidade política e cultural entre a população.

Nesta base regional, a população levanta suas necessidades, escolhendo quatro prioridades temáticas entre oito –

saneamento básico, política habitacional, pavimentação comunitária, educação, assistência social, saúde, transporte e circulação, organização da cidade – e hierarquiza as obras e serviços em cada

tema. A comunidade faz o diagnóstico de suas necessidades por região.

A base temática – plenárias temáticas

As cinco plenárias temáticas não são realizadas por regiões, mas por tema. Tiveram como um de seus objetivos, em sua implantação, a ampliação da participação para outros setores sociais, como sindicalistas, empresários, comerciantes, agricultores, estudantes, movimentos culturais e ecológicos e cidadãos em geral, que ainda não haviam sido incorporados ao processo de discussão do Orçamento Participativo.

O outro objetivo foi o de dar uma nova dimensão ao processo do Orçamento Participativo, aprofundando a discussão do planejamento global da cidade e das políticas setoriais por área. Desta forma, a população passou a discutir e decidir juntamente com o governo, não só os investimentos regionais e as obras estruturais para toda a cidade, mas, também, as políticas e os gastos de serviços. E a discussão da totalidade do orçamento público. O próprio público das regiões passou a frequentar as reuniões temáticas, buscando soluções para os problemas mais estruturais da cidade.



A base temática, na qual a população discute e prioriza obras estruturais, projetos e diretrizes de serviços, é constituída pelos seguintes temas: transporte e circulação; saúde e assistência social; educação, cultura e lazer; desenvolvimento econômico e tributação; organização da cidade e desenvolvimento urbano – subdividido em saneamento e meio ambiente, habitação e urbanismo.

Governo, programa de governo e base técnica

O governo também é sujeito no processo de discussão e definição do Orçamento Participativo. Nas diversas reuniões que acontecem nas regiões e plenárias temáticas, as secretarias e departamentos prestam informações técnicas para instruir a discussão da população e, também, apresentam as propostas do Programa de Governo para obras estruturais, projetos e serviços. O Gaplan e a Secretaria Municipal da Fazenda (SMF) apresentam os grandes agregados da despesa e a receita estimada para o ano seguinte.

Aprendendo o que é o orçamento público

O que é o orçamento

O orçamento é uma **previsão**, isto é, o quanto o governo acredita que vai gastar e o quanto vai obter de receita.

Nenhum governo, seja municipal, estadual ou federal, pode fazer qualquer gasto ou cobrar qualquer imposto sem que esteja previsto no orçamento: portanto **é lei**. Ele é preparado pelo Executivo e deve ser aprovado no Legislativo.

O orçamento **é anual**, devendo ser feito antes do início do ano que será aplicado e **é único**, isto é, não pode haver dois orçamentos no mesmo ano.

O **orçamento público é o resultado de um planejamento**, em que são definidas as prioridades e a quantidade de recursos financeiros que o governo terá e no que e onde serão gastos.

Orçamento pode ser um jeito de planejar a cidade, de maneira democrática



Onde procurar os dados do orçamento

O orçamento municipal pode ser consultado por qualquer cidadão nas bibliotecas ou arquivos da Câmara, nos gabinetes da Prefeitura, no Tribunal de Contas ou no Arquivo Público. Os orçamentos do governo estadual ou do federal também podem ser consultados: na Assembléia Legislativa, nos gabinetes dos governos, nos Tribunais de Contas ou nos Arquivos Públicos. Qualquer cidadão pode consultar o orçamento, pois **o orçamento é público**.

O que contém o orçamento

No orçamento constam:

- Receita (todos os impostos; taxas; contribuições; possíveis recursos provenientes de aluguel de imóveis, venda de bens, empréstimos, etc.). Os empréstimos são retirados da receita, porque eles não são do governo, devem ser devolvidos. Quando se retiram os empréstimos, obtém-se a receita líquida. No Município, receita é o dinheiro que entra com:
- Impostos – ISS (Imposto Sobre Serviços), IPTU (Imposto Predial e Territorial

Urbano) e ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis);

- Taxas e tarifas (como, por exemplo, a “Zona Azul” e a Contribuição de Melhoria);
- Repasse de parte do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), que é um imposto cobrado pelo governo do Estado;
- Empréstimo de órgãos federais e internacionais (lembre-se que para obter a receita líquida é preciso retirar esses empréstimos);
- Imposto sobre combustível;

Despesas (tudo o que o governo gasta). As despesas podem ser correntes ou de capital. Despesa corrente é aquela destinada à manutenção e ao funcionamento da máquina administrativa (pagamento de funcionários, manutenção de hospitais, escolas, ruas, transportes, etc.). Despesa de capital são as despesas que o governo faz para aumentar o seu patrimônio (por exemplo, compra de algum equipamento).

Qualquer cidadão tem direito de ter acesso aos dados do orçamento

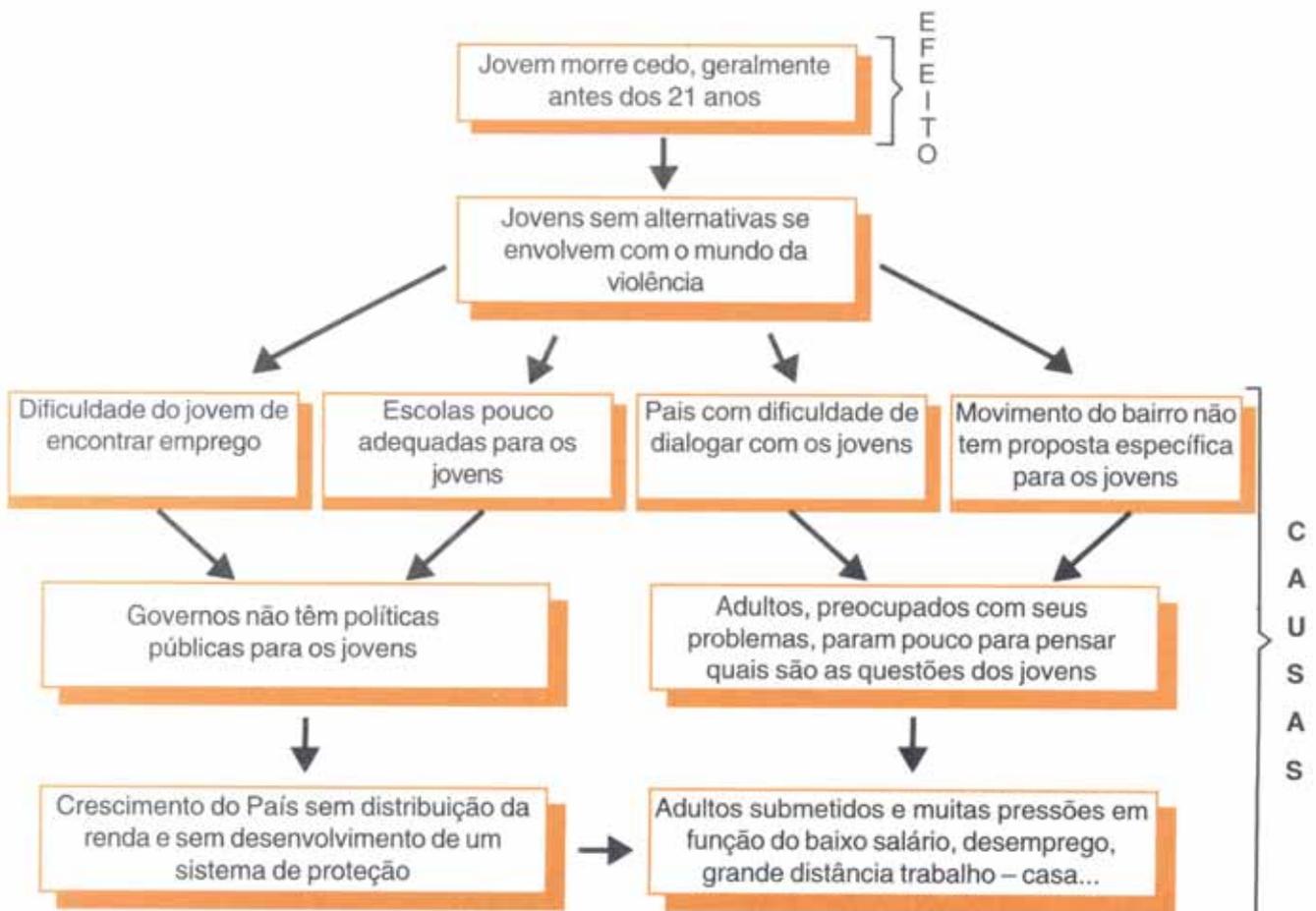


Podemos introduzir nossos projetos no orçamento

O momento da discussão do orçamento é a melhor hora para disputar recursos para projetos que atendam as necessidades da comunidade. O debate entre os moradores de determinado local e mesmo de uma região, pode ser um maneira de envolver outros moradores nos problemas e necessidades enfrentados no dia-a-dia, juntando esforços para conquistar soluções

e políticas adequadas do poder público. Em geral, os problemas e necessidades sentidos por algumas pessoas são também sentidos pelas outras. Em grupos maiores, pode-se encontrar soluções e propostas criativas, além de propiciar novas amizades, ampliar os horizontes de todos e exercitar o viver em comunidade.

Abaixo, temos um exemplo de problema/necessidade vivida por um bairro. Mas será que esse problema é mesmo apenas para as pessoas daquele bairro?





É interessante que a comunidade faça um projeto para disputar os recursos do orçamento, propondo formas de resolver seus problemas e necessidades. Para fazer o projeto, podem ser seguidos os seguintes passos:

1º passo: fazer a análise de envolvimento

Pode ser que, para a situação problemática que desejamos encontrar soluções, possamos ter muitos aliados fora do nosso bairro, como, por exemplo, sindicato de professores, outros bairros, Comitê da Cidadania, ONGs, Pastoral da Juventude, Grupos de jovens, etc..., negociar com esses atores poderá reforçar a posição do grupo na hora de discutir com o Executivo.

2º Passo: definição do problema central

Como o grupo deseja interferir em políticas públicas, decidiu pressionar o

poder público a **assumir projetos que encaminhem soluções para as dificuldades enfrentadas pelos jovens** de conseguirem o primeiro emprego e a pouca adequação das escolas para esses mesmos jovens.

3º Passo: O grupo se organiza para disputar recursos no orçamento.

Levantando-se o problema e a análise do mesmo, é necessário acompanhar o calendário dos debates e definição do Orçamento Participativo, envolvendo também outros moradores e representantes do Município na defesa do projeto elaborado. ■

Texto elaborado para o Programa Integrar CNM/CUT e adaptado para o Módulo 3 - Integração





Neoliberalismo ou democracia

Emir Sader

Com duas décadas de aplicação de programas de ajuste fiscal no figurino do FMI e do Banco Mundial, a América Latina vive sua pior crise social desde os anos 30, o que, por sua vez, corrói as bases do seu sistema político. Neoliberalismo e democracia revelam à superfície sua contradição antagônica.

Privilegiando a estabilidade monetária como suposta condição de um crescimento "saudável" e sustentado, as elites políticas e tecnocráticas provocaram o maior processo de concentração de renda, de exclusão social -no sentido de exclusão de direitos, a começar pelo direito a emprego formal-, de violência urbana e rural e de debilitamento rápido de sistemas políticos democráticos -conquistados com grande esforço nos países- do continente.



Foi imposta e consolidada a hegemonia do capital financeiro, mediante programas de estabilização monetária não baseados no fortalecimento estrutural de nossas economias - com crescimento industrial e agrícola, desenvolvimento tecnológico próprio, fortalecimento da

capacidade aquisitiva do mercado interno, projetos nacionais de construção de sociedades democráticas e humanizadas-, mas na atração de capital especulativo mediante taxas de juros astronômicas. Taxas que, por sua vez, impõem estagnação prolongada da economia, endividamento generalizado, elevação exponencial da dívida pública e empobrecimento maciço da população.

Essa corrosão das bases sociais da democracia leva à degradação dos siste-



mas políticos, ancorados em economias e Estados financeirizados, em máquinas de exclusão social capitaneadas pelos ministérios econômicos e pelos bancos centrais e em elites corruptas, que aceleram a privatização do Estado. Este se torna o campo de uma luta feroz entre os interesses públicos e os privados, contando estes com a promoção de grande parte dos governos. Nossos governos são elogiados pelas autoridades monetárias internacionais e rejeitados pelas opiniões públicas nacionais.

Essa corrosão do espírito público leva a um esgotamento da legitimidade dos sistemas políticos, que, como peixes, começam a apodrecer pela cúpula do Estado, pelas elites dominantes. "Autoridades" econômicas se revelam simples agentes de instituições financeiras privadas. Governantes compram votos dos parlamentares. Militares tutelam sistemas políticos que supostamente são civis e democráticos.

Fortunas são acumuladas à custa do patrimônio público, superando todos os patamares de corrupção conhecidos na his-

tória de uma elite latino-americana reconhecidamente patrimonialista. A América Latina requer uma radical revolução democrática social, política e moral. Requer a ruptura com as políticas do FMI e do Banco Mundial, com a afirmação da soberania de nossos Estados, apoiados na integração con-

tinental do México ao Uruguai e numa ampla política de alianças internacionais, que privilegie o sul do mundo, a começar pela China, pela Índia e pela África do Sul. Internamente isso requer políticas de distribuição de renda que façam da capacidade reprimida de consumo popular a alavanca para a expansão produtiva da economia industrial e agrícola, para a geração de mais empregos,

para o investimento tecnológico e para a reconstrução de sujeitos sociais e políticos democráticos.

A América Latina está numa encruzilhada: ou avança no caminho da desagregação social, da renúncia definitiva da sua soberania política e da consolidação de economias novamente primário-exportadoras ou se afirma como um continente coe-

***Que nos deixem
construir nosso
próprio destino,
da mesma forma
que fomos
capazes de
construir nossa
identidade
cultural***



so, com projeto próprio, com objetivos prioritariamente democráticos, sociais e culturais, desenhando uma identidade própria e um caminho próprio também.

Vivemos um século extraordinário, em que afirmamos nossa capacidade de romper com economias primário-exportadoras, de avançar no caminho da industrialização, de construir Estados que garantiram direitos de setores até ali marginalizados e de construir uma arte respeitada mundialmente na literatura, na pintura, na escultura, no cinema, no teatro e na música.

Como disse Gabriel García Márquez, ao receber o Prêmio Nobel de Literatura de 1982, que nos deixem construir nosso próprio destino, com objetivos definidos por nós mesmos, da mesma forma que fomos capazes de construir nossa identidade cultural. Não reivindicamos outros "cem anos de solidão", mas precisamos fazer destes "tempos de cólera" uma alavanca para romper com a resignação de sermos "mercados emergentes" e construir uma civilização latino-americana. ■

Emir Sader, 57, é professor de sociologia da USP e da UERJ e autor de "Século 20: Uma Biografia Não-Autorizada" (ed. da Fundação Perseu Abramo), entre outros.

Fonte: Folha de São Paulo, 02.10.2000. *Tendências e Debates*.
Charge: **Jorge Cayres**, aluno-trabalhador do núcleo de Jundiaí - SP



Números da desigualdade e pobreza no Brasil

José Carlos Pereira Peliano

QUADRO I APROPRIAÇÕES DE RENDA DOS 10% MAIS RICOS DA POPULAÇÃO - PAÍSES SELECIONADOS - ANOS NOVENTA

10% MAIS RICOS POR PAÍSES*	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA RENDA
1º) BRASIL	50,0%
2º) ZÂMBIA	46,4%
3º) QUÊNIA	45,8%
4º) PARAGUAI	44,2%
5º) PERU	42,9%
6º) TURQUIA	40,7%
7º) MÉXICO	40,6%
8º) MALÁSIA	39,8%
9º) FILIPINAS	37,0%
10º) ARGENTINA	35,2%
11º) SRI LANKA	34,7%
12º) TAILÂNDIA	34,1%
13º) ÍNDIA	33,6%
14º) PORTUGAL	33,4%
15º) EGITO	33,2%

FONTE: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; nota: * A colocação do país tem a ver com o grau de sua desigualdade de renda, quanto melhor colocado o país maior a desigualdade e vice-versa

QUADRO II APROPRIAÇÕES DE RIQUEZA DO 1% MAIS RICO DA POPULAÇÃO PAÍSES SELECIONADOS - FINAL DOS ANOS OITENTA

APROPRIAÇÕES	BRASIL	GRÃ-BRETANHA	ESTADOS UNIDOS
Renda	17%	8%	8%
Riqueza	53%	29%	26%

FONTE: R. Gonçalves, "Distribuição de riqueza e retomada do desenvolvimento", Teoria & Debate, nº 14, maio de 1991, p. 58-61.

**QUADRO III** DISTRIBUIÇÃO DA RENDA TOTAL NO BRASIL POR DECIS (1960-90)
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA COM RENDA

DECIS	1960	1970	1980	1990
Primeiro (+pobre)	1,17	1,16	1,18	0,81
Segundo	2,32	2,05	2,03	1,80
Terceiro	3,42	3,00	2,95	2,20
Quarto	4,65	3,81	3,57	3,04
Quinto	6,15	5,02	4,41	4,06
Sexto	7,66	6,17	5,58	5,47
Sétimo	9,41	7,21	7,17	7,35
Oitavo	10,85	9,95	9,88	10,32
Nono	14,69	15,15	15,36	16,27
Décimo (+rico)	39,66	46,47	47,89	48,69

FONTE: Bem-Estar, Pobreza e Desigualdade de Renda: Uma Avaliação da Evolução Histórica e das Disparidades Regionais, IPEA, Texto para Discussão nº 454, jan/97, p. 27.

QUADRO IV DISTRIBUIÇÃO DA RENDA TOTAL NO BRASIL POR DECIS (1993-97)
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA COM RENDA

DECIS	1993	1995	1996	1997
Primeiro (+pobre)	0,7	1,0	1,0	1,0
Segundo	1,7	2,1	2,1	2,1
Terceiro	3,0	2,5	2,5	2,5
Quarto	3,2	3,4	3,5	3,5
Quinto	4,3	4,4	4,5	4,5
Sexto	5,6	5,6	5,7	5,8
Sétimo	7,1	7,4	7,5	7,5
Oitavo	9,9	10,3	10,3	10,3
Nono	15,5	16,2	16,1	16,1
Décimo (+rico)	49,0	47,1	46,8	46,7

FONTE: IBGE (Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio - PNAD).

QUADRO V EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO REAL
 (MÉDIAS ANUAIS EM R\$ 1,00 DE 1994*) - BRASIL 1994-98

ANOS	SALÁRIO MÍNIMO REAL *	VARIAÇÃO ANO A ANO EM PERCENTAGEM
1995	131,0	22,6
1996	131,9	0,7
1997	123,2	-6,6
1998	119,3	-3,2
1999**	113,6	-4,8

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego

Notas: * Média anual, valores de dezembro de 1994, deflacionados pelo IGP-DI/FGV; ** janeiro

QUADRO VI NÍVEIS DE SALÁRIO MÍNIMO DE ALGUNS PAÍSES - EM R\$1,00

PAÍSES	VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO	SALÁRIO MÍNIMO DE OUTROS PAÍSES EM RELAÇÃO AO DO BRASIL
AUSTRÁLIA	2.098	15,4
BÉLGICA	2.006	14,7
HOLANDA	1.878	13,8
FRANÇA	1.746	12,8
CANADÁ	1.672	12,3
ESTADOS UNIDOS	1.614	11,9
NOVA ZELÂNDIA	1.399	10,3
JAPÃO	1.060	7,79
GRÉCIA	959	7,05
ESPANHA	924	6,79
PORTUGAL	726	5,34
MÉXICO	188	1,38
PERU	179	1,32
URUGUAI	149	1,09
BRASIL	136	1,00

FONTE: Datafolha

**QUADRO VII VENDAS À POPULAÇÃO NO COMÉRCIO VAREJISTA DO NORDESTE E SUDESTE - JANEIRO DE 1995 À MAIO DE 1999**

ATIVIDADES	ÍNDICE DO FATURAMENTO* OU DO CONSUMO DA POPULAÇÃO**		
	JANEIRO 95	MAIO DE 99	
		RECIFE	RIO DE JANEIRO
SUPERMERCADOS	100	92,4	101,1
MERCEARIAS	100	79,8	64,7
LOJAS DE DEPARTAMENTOS	100	67,8	46,8
FARMÁCIAS	100	88,9	53,6
VESTUÁRIO	100	63,0	58,5
ARTIGOS USO PESSOAL	100	58,0	46,7
MÓVEIS/ELETRODOMÉST	100	71,1	54,1
AUTOMÓVEIS E PEÇAS	100	53,4	63,6
COMBUSTÍVEIS	100	78,2	94,7
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	100	82,2	64,4

FONTE: IBGE (Faturamento real do comércio varejista)

Nota: * base do índice, jan = 100 (os números correspondentes às vendas de janeiro de 95 em cada atividade foram igualadas a 100); ** a contrapartida do faturamento do comércio é o consumo da população.

QUADRO VIII ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO* DE PAÍSES SELECIONADOS DA AMÉRICA LATINA

PAÍSES	ÍNDICE*	COLOCAÇÃO
CHILE	0,893	30º
COSTA RICA	0,889	34º
ARGENTINA	0,888	36º
URUGUAI	0,885	38º
PANAMÁ	0,868	45º
VENEZUELA	0,860	46º
MÉXICO	0,855	49º
COLÔMBIA	0,848	53º
BRASIL	0,809	62º

FONTE: Organização das Nações Unidas (ONU)

Nota: * O índice leva em conta as condições de saúde, educação e expectativa de vida da população - quanto menor o índice piores as condições de vida e trabalho, e vice-versa.



QUADRO IX RENDIMENTO MÉDIO REAL DAS PESSOAS OCUPADAS CONJUNTO DAS REGIÕES METROPOLITANAS 1994-99

ANOS	RENDIMENTO MÉDIO REAL	VARIAÇÃO NO PERÍODO (%)
1995	118,03	10,65
1996	126,72	7,36
1997	129,27	2,01
1998	128,69	-0,45
1999*	122,31	-5,96

FONTE: IBGE (Pesquisa Mensal de Emprego - PME); nota: * janeiro a maio.

QUADRO X RENDA INTERNA E DÍVIDA EXTERNA POR HABITANTE (US\$ 1,00) BRASIL 1994-98

ANOS	RENDIMENTO MÉDIO REAL	VARIAÇÃO NO PERÍODO (%)
1995	118,03	10,65
1996	126,72	7,36
1997	129,27	2,01
1998	128,69	-0,45
1999*	122,31	-5,96

FONTE: IBGE E BACEN

Notas: * dívida financeira contabilizada pelo Banco Central; ** renda destinada ao consumo, investimento e poupança por habitante - a retirada da parcela da dívida externa é feita para se saber quanto da renda nacional está comprometida com os compromissos externos.

QUADRO XI GOVERNO FEDERAL DO BRASIL - ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - PROGRAMAS SOCIAIS SELECIONADOS 1995-99 - VALORES LIQUIDADOS (R\$ MILHÕES)*

PROGRAMAS	LIQUIDADADO	LIQUIDADADO	LIQUIDADADO	LIQUIDADADO
	1995	1996	1997	1998
Organização agrária	1.196,2	1.181,0	1.479,7	1.545,3
Educação	9.441,8	8.862,2	9.025,3	9.338,7
Saúde	14.208,1	12.917,8	14.619,3	14.017,2
Assistência	1.208,1	1.422,2	2.225,2	3.116,0
Total (a)	26.054,2	24.383,2	27.349,5	28.017,2
Total Orçamento (b)	299.822,6	323.860,7	408.023,2	502.046,6
(a/b) %	8,69	7,53	6,70	5,58

FONTE: Assessoria de Orçamento da Câmara dos Deputados e Prodasen; nota: * a preços de junho de 1998 (IGP-DI).



O desenvolvimento científico e técnico alcançado pela sociedade moderna é impressionante e se destaca ao longo da história das civilizações, mostrando como a capacidade humana de entender a natureza e dela produzir bens e serviços pode atingir níveis inquestionáveis de utilidade, qualidade e eficiência. Estão aí, entre outros, a roda, as naves espaciais, a vacina contra a paralisia infantil, os computadores, a engenharia genética, a televisão, o telefone celular, a aspirina e a ressonância magnética. Esse avanço sem precedentes da ciência e da tecnologia, no entanto, não é acompanhado pelo bem-estar de toda a humanidade, de todos os povos, de todas as pessoas.

Há diferenças consideráveis nos padrões de bem-estar ao se levar em conta a quantidade de bens e serviços produzidos e a quantidade de bens e serviços consumidos. A acumulação de riqueza de um lado, contrasta com a inexistência de posses de outro. A conhecida história de muitos terem pouco e poucos terem muito retrata bem a distribuição dos benefícios propiciados pelo desenvolvimento científico e tecnológico na sociedade moderna. Daí serem ricos os que detêm o poder de



comandar e acumular bens e serviços e pobres os que não têm acesso a essa ordem e progresso estabelecidos.

Os despossuídos podem ser descobertos de muitas maneiras. Há diversos padrões de caracterização, bastando que se ande hoje pelas ruas do Brasil, por exemplo, e os veja dormindo sob as pontes, perambulando pelas calçadas, catando restos do lixo, cheirando cola, vendendo coisas nos sinais de trânsito, pedindo esmolas e esquecidos num asilo de velhos ou atrás das grades. Podem também ser localizados pelo tamanho do salário que ganham ou da renda que juntam no fim do



mês, pelo nível de educação que atingiram, pelas condições de saúde que apresentam, pela qualidade de moradia que têm ou pelos tipos de serviços públicos que lhes reservam o Estado.

Caracterizar a situação da pobreza no país, portanto, não é uma tarefa simples, como é o desejo e o esforço que se tem que fazer para dela sair algum dia ao longo da vida de um indivíduo. Mais que ir atrás da pobreza, a tarefa tem que começar por fazer chegar a todos, e do mesmo modo, os benefícios da ciência e da tecnologia, não discriminando os indivíduos seja pela cor, idade, sexo, nível de instrução, ideologia, religião, trabalho ou renda. Quaisquer dessas manifestações de pobreza, e todas elas, estigmatizadas pela falta de acesso aos bens e serviços disponíveis na sociedade, não significam de forma alguma pobreza de espírito. Talvez a maior mazela humana seja a arrogância da riqueza que a todos trata com a violência da desconsideração, do desprezo, da discriminação.

Contar o contingente de pobres no Brasil, portanto, importa menos do que começar a trabalhar para erradicar a pobreza no país. Qualquer contagem, apoiada num ou noutro indicador social ou econômico, não

vai mostrar nunca o tamanho do sofrimento, da dor, da impotência e da segregação que sente um pobre e todos os pobres. Que as contagens sirvam tão somente como referência do tamanho do esforço que toda sociedade brasileira deverá fazer, ao lado das instituições constituídas e do Estado, para dar dignidade, respeito e condições de trabalho e vida aos que não têm acesso aos padrões sociais mínimos de cidadania.

Esforço esse que deve combater as causas estruturais e conjunturais da pobreza. Em outras palavras, desmontar os entraves políticos, econômicos e sociais que mantêm o contingente de pobres ao longo da história do país, bem como desativar os mecanismos que de uma hora para outra, diante da evolução da economia, empurram mais indivíduos para o círculo da pobreza. As ações devem ser de ordem duradoura e provisória, esta para atender problemas que obtenham resultados imediatos e inadiáveis, já aquela para construir formas mais humanas e igualitárias de tratamento dos indivíduos na sociedade.

De qualquer jeito, o caminho não pode ser diferente de fazer chegar aos pobres o que comer, o que vestir, como aprender, onde trabalhar, onde morar e onde cuidar de sua saúde. E todos esses



direitos fundamentais da pessoa humana devem ter, para os pobres, a qualidade e a importância que os ricos igualmente tiveram e vêm tendo no país. De fato, combater a pobreza não é nada mais



do que fazer do pobre um cidadão, dando-lhe condições de viver a sua vida sem as privações que a economia de mercado lhe tem trazido e que o neoliberalismo tem exacerbado nos últimos tempos. Toma vulto, assim, o papel do Estado e do próprio cidadão. Este para influir efetivamente nos destinos da sociedade, e junto com ela; aquele para assumir, de novo, a sua função de reordenador dos rumos da ordem econômica que acaba mantendo e alargando a pobreza.

De fato, cabe ao Estado a tarefa de indutor, catalisador, ordenador e vigilante das ações públicas de combate à pobreza. Não será o mercado com a ética do economicamen-

te mais forte que vai tratar a todos os agentes econômicos de forma menos desigual. Exemplos têm sido muitos sob o neoliberalismo, mesmo nos países mais desenvolvidos, onde aumenta a pobreza em boa parte fruto do desemprego crescente, mas, ao mesmo tempo, da atuação social dos governos que querem ter ações mínimas para se livrar, deixando à arena do mercado, do seu dever de proteção dos pobres, dos despossuídos, dos discriminados. ■

José Carlos Pereira Peliano

Doutor em economia pela UNICAMP, professor do Programa de Pós graduação em Gestão Tecnológica do CEFET - PR e assessor da liderança do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados



A Crise Ecológica: a necessidade de restabelecer os vínculos com a natureza

Toda economia baseada nos valores do mercado repousa, por definição, no predomínio do valor de troca sobre o valor de uso. Dessa maneira, a produção capitalista é antes de mais nada **uma produção visando à produção**. No sistema produtivo artesanal do período medieval tardio (século XVII e XVIII), em que o valor de troca já desempenhava um papel importante, o objetivo principal da produção era a garantia da subsistência, portanto, o valor de uso de cada produto e/ou objeto fabricado. A produção era, por causa disto, sempre subordinada a um dado consumo. Buscava abastecer uma determinada demanda e se expandia apenas lentamente. Nesse tipo de economia, o ato social de trabalho **não tinha outra finalidade senão o consumo, ou seja, a satisfação das necessidades sociais**. O advento do capitalismo (século XIX) veio transformar radicalmente o sentido desse ato, fazendo da produção social seu próprio fim. O modo de produção capitalista instaurou o **produtivismo**, e com ele o **consumismo**, ambos, elementos determinantes da crise ecológica que põe em risco o nosso planeta.



No curso da história, avanços na produtividade inevitavelmente modificam o padrão de consumo, bem como a maneira pela qual são utilizados, tanto os bens a serem consumidos quanto os instrumentos com os quais são produzidos. Tais avanços, além do mais, afetam profundamente a natureza da atividade produtiva

em si, determinando também a proporção segundo a qual o tempo disponível integral de uma determinada sociedade

será distribuído entre a atividade necessária para o seu intercâmbio metabólico básico com a natureza e todas as outras funções e atividades nas quais se engajam os indivíduos da sociedade em questão. Assim, como resultado da absurda reversão dos avanços produtivos em favor dos produtos de rápido consumo e da dissipação destrutiva de recursos, o "capitalismo avançado" tende a impor à humanida-



de o mais perversos tipo de existência imediatista (Mészáros).

Somos agora 6 bilhões, a cada quatro dias somos 1 milhão a mais. As modificações naturais, que antes ocorriam em períodos de milênios, hoje, com o forte impacto das modernas tecnologias, podem ocorrer em períodos brevíssimos.

Pela primeira vez na história da humanidade, defrontamo-nos com algumas crises que podem comprometer todo planeta. O problema demográfico, a possível alteração permanente da atmosfera e do clima, o risco de conflito nuclear e o esgotamento dos recursos energéticos são os quatro aspectos mais gritantes de uma crise global (ambiental, energética, econômica), que compromete todo o equilíbrio biológico e é a consequência lógica de uma utilização insensata dos recursos terrestres (considerados, erroneamente, inesgotáveis), da natureza (considerada, erroneamente, um sistema capaz de reparar eternamente os danos que sofre) e do homem (considerado, erroneamente, apto a resistir incólume às agressões químicas e psicológicas ou, até mesmo, apto a dominar, com sua própria habilidade e sua própria tecnologia, processos de desequilíbrio em escala planetária) (Enzo Tiezzi).



Alain Bihr propõe as seguintes alternativas para o enfrentamento da crise ecológica:

- Controle do desenvolvimento industrial: **avaliação de riscos ecológicos; associação dos trabalhadores e das populações vizinhas para qualquer decisão de desenvolvimento industrial.**
- Projetos e planos alternativos de produção: **o abandono ou reconversão de indústrias poluentes, perigosas e socialmente inúteis (armamentos).**
- Desenvolvimento de uma economia alternativa: **criação de uma rede de produção funcionando à margem da economia mercantil e capitalista, de acordo com critérios ao mesmo tempo ecológicos, auto-administrativos e de utilidade social.**

Qualquer planejamento que se proponha a alterar este estado de coisas tem que, necessariamente, levar em conta a sustentabilidade de suas propostas. De acordo com Alain Bihr, "a disputa da luta de classes não pode mais se reduzir, como durante o período fordista, apenas à divisão do produto social global; nem mesmo somente ao controle dos novos meios de produção e suas repercussões sobre o processo de trabalho. O movimento operário, hoje, deve colocar-se em situação de influenciar as orientações do processo social de produção. Em outras palavras, influenciar



os objetivos que são conferidos ao ato social de trabalho em sua globalidade. De promover, por exemplo, outros critérios de escolha em matéria de produção agrícola e industrial, portanto, de criação de emprego, outras prioridades na satisfação das necessidades sociais, outros modos de produzir e de consumir, outras técnicas e produtos diferentes dos que habitualmente existem no capitalismo, globalmente mais respeitoso dos equilíbrios ecológicos". ■



Equilíbrio biológico

A atividade biológica é uma propriedade planetária, uma contínua interação entre a atmosfera, os oceanos, as plantas, os animais, os microorganismos, as moléculas, os elétrons, a energia e a matéria, todos partícipes de um único todo. O ambiente e os organismos estão ligados entre si, são partes inseparáveis de uma só unidade de processos planetários.

Para isto, é preciso discutir não apenas as relações de produção, mas também o que, como, onde, e quando produzir. É preciso varrer todos os lugares-comuns que fazem coincidir o “bem-estar” com o aumento do PIB. As forças políticas tradicionais estão por demais condicionadas pelos mecanismos econômicos e pelos esquemas ligados “ao crescimento” para que busquem, com coragem, novos e diferentes valores e para que compreendam que a realidade não é feita apenas de produção e consumo, de salário e lucro, mas que têm a mesma importância o equilíbrio na-

tural e a renovabilidade dos recursos, o sistema dos organismos vivos e sua reprodução continuada. É com este segundo nível de realidade, até agora irresponsavelmente menosprezado, que hoje devemos ajustar as contas (Enzo Tiezzi).

Os modos de produção de países capitalistas e dos países socialistas são ambos baseados no desperdício de recursos, na destruição do meio ambiente, no desrespeito pelas futuras gerações. A crise ambiental e a crise energética são frutos de opções equivocadas do sistema produtivo e do sistema econômico. A energia é a chave para entender estas interações: um sistema baseado em energias não renováveis catalisa uma série de reações em cadeia que leva, inevitavelmente, à destruição do meio ambiente, à exaustão dos recursos naturais e, em última análise, à crise econômica. Os limites do desenvolvimento, ou melhor, do crescimento material, neste caso, são os limites da renovabilidade dos recursos naturais, do ambiente, da energia.



Extraído do livro de Enzo Tiezzi, *Tempos Históricos, Tempos Biológicos*, Editora Nobel.



Relação com a comunidade

Na prática política tradicional, a relação entre a prefeitura e a comunidade configura um modo específico de legitimação do poder local, uma maneira de buscar o consenso social que induz o controle do Estado sobre a sociedade. Os procedimentos básicos dessa relação – que atuam em todos os níveis, e não apenas na esfera municipal – incluem a

predominância do ponto de vista do Estado, o populismo e o clientelismo. O poder administrativo veicula o ponto de vista do Estado e apresenta a prefeitura como controladora do co-

nhecimento e da ação social, opondo dirigentes (na prefeitura) a dirigidos (na comunidade ou, mais especificamente, nas classes populares). Seus instrumentos prediletos são o segredo burocrático, o monopólio de informações e o uso de linguagens cifradas (como códigos e pareceres jurídicos, contabilidade orçamentária etc.), acessíveis apenas aos iniciados. O populismo, calcado na “doação” de direitos por um lí-



der, remete as escolhas dessa doação ao poder unilateral do doador, aprofundando o controle sobre a comunidade. Algo similar ocorre no caso do clientelismo, instrumento de cooptação sustentado no intercâmbio de favores.

Inverter a relação subordinada entre a

sociedade e o Estado e alterar o modo de legitimação do poder político local, baseando-o na *cultura política dos direitos*: eis o desafio de fundo para as administrações democráticas e populares. Isso implica a limitação do po-

der político, pois o direito enunciado torna-se elemento de controle da comunidade sobre esse mesmo poder. Assim, para conservarem legitimidade, os detentores do poder devem atuar segundo as leis e normas, renunciando a boa parte de sua margem de manobra.

A proposta neoliberal, em sua forma pura, implica também a limitação do po-



der político. Sua fonte de legitimação, porém, encontra-se na liberdade econômica, e não nos direitos sociais e políticos. Remete ao mercado, cujo agente é a iniciativa privada, e não à sociedade, cujos agentes são os cidadãos, as entidades e movimentos sociais. E propõe o encolhimento "físico" do Estado – dando

lugar à iniciativa privada -, em vez da ampliação do espaço público para dar conta dos direitos já garantidos e dos recém-conquistados.

No entanto, a proposta neoliberal dissocia a limitação dos poderes estatais e a ampliação dos controles da sociedade sobre o Estado, omitindo assim parcela importante da herança liberal. Tal herança é resgatada pela cultura política dos direitos; ao atuar visando a ampliação dos direitos de cidadania, as administrações democráticas e populares recuperam e aprofundam alguns aspectos fundamentais do pensamento liberal, num embate político e ideológico com o neoliberalismo e o liberal- conservadorismo.

O exercício da cultura dos direitos não

“A Cultura dos direitos se exerce no cotidiano do Governo Municipal. Ela exige atuação ética permanente, tanto no preenchimento dos cargos públicos como no atendimento das reivindicações individuais e coletivas”.

é abstrato nem longínquo; ele deve realizar-se no cotidiano do poder político local. Entre seus pressupostos está o reconhecimento do caráter estratégico da dimensão ética. É desnecessário enfatizar a ligação entre a prática usual do aproveitamento de cargos públicos para fins privados – por vezes abertamente escusos –

e a avaliação bastante negativa que a opinião pública faz dos políticos em geral. Por isso, o primeiro princípio básico a resgatar consiste no mais absoluto respeito à moralidade no trato da coisa pública.

A substituição do uso clientelista dos empregos públicos, das doações de terrenos ou moradias e do atendimento "personalizado" por concursos públicos idôneos, por critérios claros de acesso a programas habitacionais e por procedimentos transparentes e comuns a todos para a prestação de serviços públicos opera uma mudança radical na relação da prefeitura com a comunidade. Assumir essa postura implica negar qualquer atendimento direto ou especial, mesmo para amigos e aliados políticos. O que chega a gerar situações em-



baraçosas, pois a cultura do favorecimento, impregnada na sociedade, vem à tona quando menos se espera.

O relacionamento entre o Executivo e o Legislativo municipais também pode criar obstáculos à alteração das relações Estado-Comunidade. Na doutrina de separação de poderes, o legislativo tem sua independência assegurada constitucionalmente. Mais ainda, no âmbito de um processo transformador, o fortalecimento do legislativo diante do executivo assume grande importância. No entanto, o predomínio do clientelismo na relação entre os dois poderes tende a manter o legislativo subordinado ao Executivo, detentor da maior parcela do poder administrativo -, que no esquema tradicional, inclui a possibilidade de nomear ou demitir afilhados. Para além de uma eventual alteração de atribuições entre Executivos e Legislativo, o fortalecimento político real deste último supõe seu ingresso no terreno da disputa pela hegemonia, ao lado dos movimentos sociais, e o desmonte dos procedimentos clientelistas que conferem aos vereadores – mesmo aos mais combativos, ligados às organizações populares – o papel tradicio-

nal de “despachantes políticos” para os eleitores.

Da parte de uma administração democrática e popular, é necessário antes de mais nada garantir um tratamento igualitário a todos os vereadores e a plena democratização de informações, extensiva à Câmara Municipal. Deve-se admitir, todavia, que a clientela potencial dos vereadores se alimenta dos mecanismos de troca de favores usuais na vida política brasileira – mecanismos dominantes nas administrações tradicionais e ainda encontrados, embora em escala decrescente, no relacionamento entre as prefeituras democráticas e a população. A eliminação do clientelismo passa pela substituição desses mecanismos viciados (mas ainda assim eficazes) por *canais transparentes e mais eficazes* de resposta às reivindicações populares.

Convém lembrar que as transformações na relação entre prefeitura e comunidade depende de três agentes diversos: Governo, aparelho administrativo e comunidade. Ou seja, apenas a vontade política dos detentores do executivo é insuficiente para efetivá-las. ■



Desafio à solidariedade

Paul Singer



(...) Na visão liberal as pessoas são autônomas, racionais, sabem exatamente o que querem – vem da sua natureza racional saber o que querem, que é a tal da utilidade – e são capazes, então, de entrarem em relações igualitárias no mercado, compram e vendem e, através disso, se atinge um estado ótimo.

Mas isto está muito longe da realidade, é uma realidade capitalista. A economia capitalista é muito menos competitiva do que se pretende. Na

verdade, a economia pequeno burguesa, dos pequenos produtores, é mais competitiva – basta ir a uma feira para comprovar o fato. A economia do grande capital, dos oligopólios, é muito pouco competitiva, porque é grande. Desde a revolução industrial, os meios de produção se tornaram cada vez mais poderosos, cada vez mais produtivos, cada vez mais automáticos – e cada vez mais caros. Hoje, para você montar uma indústria, um jornal, uma rede de televisão ou qualquer outro ramo de



atividade, precisa de muito dinheiro.

(...) Então, voltando à questão do conceito de economia solidária, a economia capitalista é uma mistura de confortáveis oligopólios para tornar imensas massas de capital rentáveis relativamente seguros. O grande capital não suporta a livre concorrência, na prática, só na teoria. Na teoria, óbvio, somos todos concorrentes, cada um sobe pelos seus próprios méritos. Na prática, tão logo o mercado mundial se abre há um furacão competitivo, um processo de competição violentíssimo que acaba se transformando num processo fabuloso de centralização de capital. Não há nenhum dia que não se leia manchetes dos noticiários econômicos dos jornais, televisões e rádios sobre grandes fusões em todas as áreas. Dos bancos às companhias de televisão. Este pro-

cesso de fusão vai novamente reorganizar o mundo do grande capital de forma não competitiva. É isto que eles estão fazendo, fusões; é racional que façam, não tenho nenhuma objeção.

(...) Todas as empresas estão se procurando, se cheirando, como cachorros na rua, para ver se dá para fazer algum casamento, alguma união, alguma aliança, porque é condição de sobrevivência. Quem não faz aliança acaba sendo devorado pelas chamadas "tomadas hostis" (compras de ações de empresas em tal quantidade que permite controlá-las, em Bolsas de Valores, contra a vontade dos controladores atuais) da Bolsa de Valores.

O que isto tem a ver com economia solidária? Tem a ver, pelo seguinte: dentro da empresa existe uma mistura





muito estranha de competição, colaboração e cooperação. A empresa não consegue reproduzir, dentro dela, a guerra de todos contra todos. Isto seria a morte da empresa. A grande empresa faz um enorme esforço para criar o que eles chamam de espírito de equipe. Os japoneses vão longe nisto: de manhã, fazem ginástica juntos e depois cantam o hino da empresa, hasteiam a bandeira da empresa. Desenvolvem nos empregados uma noção de que eles estão juntos, são uma equipe e estão lutando feito leões contra outras equipes desconhecidas pelo mundo afora, e sem união não se vence. É uma imposição da tecnologia. É uma imposição de uma vastíssima divisão tecnológica de trabalho: se as pessoas não colaborarem, não abrirem informações, não se ajudarem mutuamente a empresa desaba, acaba sem produtividade. Então, é uma mistura de concorrência e ideologia – e se algumas vezes há competição entre partes da empresa, há também toda uma ideologia de cooperação, de fraternidade e do ideal de família-empresa.

A economia solidária é menos inconsistente do que a economia capita-

lista. Porque ela coloca, aberta e diretamente, a solidariedade como princípio organizador da economia social em lugar da competição. A ideologia da economia solidária é coletivista – e eu não estou falando isto porque eu inventei o termo, conceito que, aliás, existe há 200 anos, começa com Robert Owen, com Fourier, e passa por muita gente interessante que pensou a respeito disto, caso de Marx e Engels. As pessoas se ajudam, são solidárias umas com as outras, se unem e, com isto, ficam mais fortes. Na economia solidária, a competição é basicamente negativa, embora, em certas circunstâncias, seja inevitável. Não dá para deixar a competição inteiramente de lado, pelo menos no mundo em que vivemos. Quero deixar claro que estou falando em termos extremamente míopes, de curto prazo; pode ser que meus netos tenham outra mentalidade. Mas tenho de falar das pessoas como são hoje, como pensam, como foram educadas, como se formaram.

*Paul Singer – Professor da FEA/USP e
Coordenador do Grupo de Trabalho de Economia
Solidária da rede UNITRABALHO*



Os Pioneiros de Rochdale e os princípios do cooperativismo

Mônica Rique

O que é o movimento cooperativista hoje? Como ele se insere na luta dos trabalhadores para mudar as leis econômicas a seu favor? Será a “implantação de cooperativas e de outras instituições de cunho socialista um processo que poderá ou não desembocar numa resolução social-socialista?”¹

Quer estejamos envolvidos em debates como estes, quer estejamos analisando um contrato de seguro-saúde de uma empresa cooperativa, obrigatoriamente iremos encontrar menção aos Pioneiros de Rochdale.

Quem foram estes 28 tecelões que em uma pequena cidade inglesa, se juntaram e fundaram, em 1844, uma sociedade cooperativa, abriram uma loja e formularam princípios que se tornaram a base de um movimento internacional? Quem eram seus companheiros de lutas? Onde moravam, trabalhavam e se divertiam estes trabalha-

dores? Como eram as mulheres e as crianças daquela época? Ou seja, como era a sociedade que gestou este movimento?

São curiosidades deste tipo que tentaremos satisfazer, traçando um breve panorama das condições da classe trabalhadora inglesa na primeira metade do século passado.



Como vivia a classe trabalhadora inglesa na era dos pioneiros

A vida não era fácil para aqueles cujo o trabalho contribuiu para o processo de industrialização. A grande maioria dos trabalhadores eram trabalhadores agrícolas recém-chegados às cidades, expulsos da terra. Nas fábricas, encontravam-se trabalhando facilmente mas a jornada era de 15, ou até 17 horas/dia. O ritmo das máquinas, a rotina e as condições perigosas, tornavam o trabalho uma opressão. As fábricas eram escuras, quentes e pouco arejadas. A ex-



pectativa de vida da população era de 21 anos.

“Em Londres, de maneira geral, os pobres não podem escolher onde morar, sendo obrigado a acomodar-se às circunstâncias nas quais foram colocadas pelo seu emprego”²

Se as condições de trabalho eram péssimas, as de moradia não ficavam atrás. Os operários moravam em habitações superlotadas e sujas. Os solteiros deixavam suas famílias no campo e viviam em barracões com outros membros do mesmo sexo. Se perdiam o emprego, também perdiam o abrigo. Como o sistema de transporte público era praticamente inexistente, o trabalhador ficava restrito a morar, por piores que fossem as condições, a um raio de distância que possibilitasse ir a pé ao trabalho. Londres, Manchester ou Lancashire, não comportavam o acúmulo de gente que para lá se deslocava em busca de trabalho.

O abastecimento de água era precário, faltavam sistemas de esgoto e aquecimento.



Os trabalhadores viviam num mundo social e geograficamente separado das classes média e alta. Eram dois mundos distintos e com pouco contato entre si. Fora da fábrica e de casa, a vida dos traba-

lhadores girava em torno de bares ou algum lugar de reunião. Domingo era o único dia de folga. Bebiam e dançavam tanto, que as faltas na segunda-feira se tornaram tão frequentes que passou a se chamar “segunda-feira santa”. Bebedeiras com gin eram denunciadas por todos, fosse pelas próprias sociedades operárias, fosse pelos reformadores.

Engels resume o contexto da vida urbana desta forma:

“o que é verdadeiro para Londres é também para Manchester, Birmingham e Leeds, é também para todas as grandes cidades. Em toda parte que se vê a indiferença bárbara, a dureza egoísta de um lado a miséria de outro. Em toda parte, guerra social, em toda parte pilhagem recíproca com cobertura da lei e tudo com um cinismo...”³

A mulher trabalhadora ganhou no sé-



culo XIX uma relevância extraordinária. Antes do capitalismo industrial, as mulheres ganhavam seu sustento como fiandeiras, costureiras, fabricantes de botões ou de rendas, empregadas ou da lavoura. O trabalho barato sempre foi associado às mulheres. No entanto, nem todo trabalho barato era considerado apropriado para elas, achava-se então, que as mulheres eram aptas para trabalhar nos têxteis, na confecção do calçado, no tabaco e na alimentação. Mas acima de tudo, contratar mulheres significava que os patrões poupavam nos custos de produção .

*“À medida que o trabalho manual requer menos habilidade e força, ou seja , à medida que a indústria moderna se desenvolve, o trabalho de crianças e mulheres tende a substituir o trabalho dos homens ”.*⁴

A diferença dos homens e das mulheres era chocante. Os salários dos homens incluíam no custo de subsistência e de produção. Naquela sociedade entendia-se que cabia ao homem fornecer os alimentos dos filhos até os mesmos se tornarem adultos. Em



outras palavras, a despeito do significado biológico, os homens eram responsáveis pela reprodução da família. Diante disso, os sindicatos, em sua grande maioria, procuraram proteger os empregados e os salários dos homens e aceitavam como inevitável os salários femininos serem mais baixos. Argumentavam que estrutura física da mulher determinava o seu destino de mãe e de dona de casa.

E os jovens filhos de classe operária? O emprego de crianças e de adolescentes nas fábricas foi intensamente utilizado : as máquinas à vapor operadas por elas produziam mais e davam mais lucro aos seus donos, o que era explicado pela baixa estatura e delicadeza das mãos. A jornada de trabalho a que eles se submetiam era de 12hs/dia.

“Nas fábricas onde a disciplina do operário era mais urgente, descobriu-se que era mais conveniente empregar as dóceis e mais baratas as mulheres e crianças: de todos os trabalhadores nos engenhos de algodão ingleses em 1834-47, 1/4 eram



homens adultos, mais da metade era de mulheres e meninas, e o restante, de rapazes abaixo de 18 anos".⁵

Poucos freqüentavam as escolas, pois elas eram controladas pela iniciativa privada ou por organizações religiosas, o governo não financiava a educação. Muitas autoridades temiam que a educação dos pobres pudesse levá-los à agitação, só em 1833 começou-se a destinar recursos para o ensino fundamental. E, em 1891, as escolas tornaram-se gratuitas e obrigatórias. A educação formal na primeira metade do século XIX não ia muito além das primeiras letras. Isto, no entanto, não significava que foi um período de atrofia intelectual da classe trabalhadora.

Segundo Thompson *"as cidades, as vilas, os vilarejos, fervilhavam com a energia do auto-didatismo. A partir de técnicas elementares de alfabetização, os trabalhadores, os artesãos, os lojistas, padres e professores se auto-instruíam, sozinhos ou em grupo"*.⁶

Liam-se não só textos bíblicos, autores clássicos da política e da literatura, jornais e boletins operários eram consumidos vorazmente. Os não alfa-

betizados percorriam quilômetros para participarem de sessões de leitura e de discussões políticas.

"Podemos afirmar que naquele período, dois entre três trabalhadores ingleses podiam ler de alguma forma, embora poucos pudessem escrever".⁷

Os Movimentos que antecederam Rochdale

Fortes movimentos sociais antecederam a fundação da sociedade dos pioneiros de Rochdale. A revolta dos trabalhadores contra as condições de vida e de trabalho impostas pela burguesia deflagrou-se desde que o desenvolvimento industrial teve início. Destes movimentos, os dois que mais influenciaram o cooperativismo foram:

O Cartismo

Ao movimento cartista aderiram trabalhadores e radicais intelectuais em torno de uma plataforma de reformas políticas. Nas décadas de 1830-1840, os cartistas lutaram por medidas como:

- a) sufrágio universal masculino;



- b) voto secreto;
- c) fim da exigência de propriedade para os candidatos a membros do Parlamento;
- d) eleições anuais para o Parlamento.

O programa cartista perdurou até o fim do século quando todas as suas reivindicações foram aceitas com exceção das eleições anuais. O grande momento do movimento ocorreu em 1848 quando o Irlandês O'Connor organizou uma manifestação popular e apresentou ao Parlamento em abaixo-assinado com 2 milhões de assinaturas.

Engels caracterizou o cartismo como *"a forma condensada da oposição à burguesia...um movimento essencialmente operário que não estava nitidamente separado da pequena burguesia radical"*.⁸

O Owenismo

A busca por uma sociedade baseada na cooperação e não na competição é contemporânea do liberalismo que defendia a tese de que o interesse pessoal e os impulsos naturais de competição estimulavam a atividade econômica e garantiam a produção de mais bens a menor custo,

beneficiando toda a nação.

Em 1799, Robert Owen (1771-1858) tornou-se sócio e administrador das manufaturas de algodão em New Lanark, Escócia. Revoltado com os maus tratos infligidos aos trabalhadores, Owen decidiu melhorar suas vidas e mostrar que era possível fazê-lo sem prejuízo dos lucros. Assim, elevou os salários, ofereceu melhores condições de salários, passou a não admitir crianças menores de 10 anos, deu aos trabalhadores moradia, alimentos e roupas decentes.

A partir de experiências como a de New Lanark, os owenistas elaboraram minuciosamente os fundamentos de suas idéias:

- a) o trabalho é a fonte de toda a riqueza e portanto é a classe trabalhadora que cria toda a riqueza;
- b) embora os trabalhadores sejam os produtores da riqueza, ao invés de serem os mais ricos, são os mais pobres, e assim sendo, não podem receber apenas recompensas pelo seu trabalho;
- c) viver em comunidade sob os princípios da cooperação mútua, da posse comum e da igualdade de direitos.

Levando à prática estas idéias, os



owenistas propunham como diretrizes para a cooperativa que os cooperativados se protegessem mutuamente contra a pobreza através de um capital comum, a ser constituído a partir de uma subscrição semanal, que formaria um fundo, e o investimento deste capital em atividades comerciais, afim de gerar trabalho para seus membros.

Owen defendia que *“toda a ordem econômica e social deveria ser substituída por um novo sistema baseado na convivência harmoniosa e não na competição”*. Rompendo suas ligações com o sindicalismo e com as experiências cooperativistas em seu aspecto mercantil *“Owen tornou-se um visionário”*.⁹

O movimento Owenista atravessou embates internos profundos. Os socialistas defendiam um novo “sistema social” e os outros defendiam o owenismo como uma nova religião racional. Em 1839, os socialistas assumiram a direção da comunidade de Queenswood, que passou a se chamar Harmony Hall, e começaram a por em prática os princípios da nova vida. Apesar das divergências, a comunidade começou a funcionar graças ao apoio de alguns ricos convertidos ao Owenismo. No entanto, com o passar do tempo, os conflitos surgi-

ram. Alguns defendiam a igualdade total entre os pobres e ricos e os outros, os ricos, não quiseram abrir mão do padrão de vida a que estavam acostumados.

Por exemplo, empregando trabalhadores domésticos para os serviços caseiros.

Queenswood fechou em 1846. Dentre os motivos, os mais relevantes foram:

- fim do apoio financeiro dos sócios mais ricos;
- divisão entre ateus e não ateus;
- divergências entre lideranças com relação à capacidade dos trabalhadores exercerem auto gestão.

Segundo Thompon,

“o Owenismo foi a primeira das grandes doutrinas sociais a criar no imaginário popular a aceitação das máquinas da revolução industrial pois mostrou para as massas que não era a máquina em si o motivo do lucro mas sim o controle do capital social e que a alternativa era o controle social em base cooperativas”.

O que o movimento Owenista tem a ver com o movimento cooperativista?

Metade dos pioneiros de Rochdale vi-



nham de uma corrente do movimento owenista. "Podemos afirmar portanto que Rochdale é fruto da decepção de uma parte dos Owenistas com o seu líder".¹⁰

A fundação de Rochdale

Rochdale era uma cidade de tecelões auto-educados, orgulhosos de suas tradições e confiantes no seu valor. Assim, não é de surpreender que tenham sido os trabalhadores de Rochdale os responsáveis por terem a iniciativa da formulação dos princípios que até hoje regem uma sociedade cooperativa.

Antes de fundarem a loja, que se localizava numa rua chamada Toad Lane, os pioneiros haviam percorridos vários outros caminhos: na comunidade Owenista, na militância cartista, nos movimentos religiosos e sindicais. Além disto, todos tinham participado das greves de 1842-1844. Com a derrota do movimento grevista, decidiram aplicar os dois pences que recebiam por semana no sindicato dos tecelões na fundação de uma loja cooperativa.

Seus objetivos iniciais iam além da simples criação de uma empresa de consumo. Almejavam abrir a loja, construir casas para seus sócios e fábricas para dar

trabalho aos desempregados. Conseguiram fazer tudo isto. Mas, seus terrenos e a construtora tiveram problemas porque os inquilinos não puderam arcar com as prestações e as empresas, que adotavam princípios de autogestão e de divisão de lucros, foram compradas por outros acionistas. O insucesso do projeto fez com que posteriormente os pioneiros se restringissem a incentivar as cooperativas de consumo.

Criado em 1844 por 28 trabalhadores, Rochdale tinha, já em 1848, 140 membros. E, 1849, com a falência do principal banco da região, passou a ter 390 enquanto o capital da cooperativa subiu de 30 libras para 1194 libras. No primeiro ano, o total de retiradas foi de 710 libras. Em 1860, com 3450 sócios, o capital era de 152.000 libras.

No momento de sua fundação, a loja abria apenas duas tardes por semana e o Comitê dirigente se reunia uma vez por semana em uma sala emprestada, já que o espaço da loja era por demais pequeno. Em 1845, a loja já abria todas as tardes e passava a vender também chá e tabaco. Em 1860 contrataram serviços de sapateiro, alfaiate e passaram de mercado atacadista para o de varejo.

Os objetivos imediatos para fundação de Rochdale foram:



- compra e divisão coletiva de uma cesta de suprimentos (já praticada por outros movimentos);
- criação de uma sociedade cooperativa (prática também já conhecida na época).

Como vemos, uma parte dos movimentos para a criação de Rochdale não era novidade. O novo foi quando se tentou encontrar uma solução para a questão "*O que fazer com a sobra ?*".

Para chegar à resposta, os pioneiros articularam uma série de princípios que isoladamente não eram novos mas que no seu conjunto foram revolucionários:

1. CONTROLE DEMOCRÁTICO, UM SÓCIO, UM VOTO.
2. ADESÃO ABERTA DE NOVOS MEMBROS NO MESMO PÉ DE IGUALDADE DOS ANTIGOS.
3. JUROS LIMITADOS OU FIXADOS SOBRE O CAPITAL SUBSCRITO.
4. DISTRIBUIÇÃO DE PARTE DO EXCEDENTE PROPORCIONAL ÀS COMPRAS.
5. VENDAS À VISTA, SEM CREDIÁRIO.
6. VENDA SÓ DE PRODUTOS PUROS, NÃO ADULTERADOS.
7. NEUTRALIDADE POLÍTICA E RELIGIOSA.

O primeiro princípio veio do movimento cartista. O segundo foi criado para evitar que os sócios mais antigos tivessem mais privilégios. O terceiro vem da experiência owenista de distribuir, entre os trabalhadores, uma remuneração pré-fixada.

A proibição de vendas à crédito originava-se de uma experiência frustrada: em 1833-35 eles tinham aberto uma cooperativa que faliu porque concedeu muito critério aos seus membros.

É importante salientar o caráter aglutinador do princípio referente à neutralidade política e religiosa e ao compromisso da venda de produtos não adulterados.

A neutralidade religiosa foi a forma política que os pioneiros encontraram para se diferenciar da religião racional de Owen e do ateísmo militante, embora com muita penetração entre os operários. A neutralidade política significava neutralidade entre as correntes rivais do movimento dos trabalhadores.

Quanto à venda de artigos adulterados, podemos imaginar quanto foi significativa a partir de uma descrição feita por Engels sobre como era o consumo dos mais pobres naquela época:

"Nas grandes cidades inglesas, pode-



se ter tudo e da melhor qualidade, mas isto custa muito caro...Na maior parte dos casos, os trabalhadores só recebem o pagamento no sábado à noite e por isso só chegam ao mercado quando os mais ricos já escolheram o que havia de melhor ...As batatas compradas estão murchas, o queijo é velho, o toucinho rançoso, a carne magra, velha e dura, às vezes proveniente de animais mortos ou doentes..."¹¹.

Birchall¹² chega a afirmar que

"a comida podia ser submetida à vontade pelos produtores, usava-se cal para branquear o trigo... colocava-se água na cerveja e para lhe dar sabor, usavam ópio"

Os movimentos que antecederam Rochdale buscavam a utopia da construção de uma nova sociedade. A história que lhes dá continuidade é internacional e marcada por inúmeras trajetórias individuais e de classe, por conquistas e derrotas. Da organização de cooperativas de consumo que vai até a I Guerra Mundial, passando pelas cooperativas dos estados socialistas, pelos kibbutz de Israel no pós-II Guerra e pela descoberta dos movimentos da juventude dos anos 60, chegamos aos dias atuais em que uma nova história está sendo construída com a participação de todos nós. ■

Bibliografia

- BIRCHALL, J. The international co-operative movement. Manchester and New York, 1997
- COLE, G. D. H. A century os co-operation. London, 1944.
- CRAIG, John G. The nature of co-operation. Black Rose Books, London, 1993.
- DUBY, G. e PERROT, M. História das mulheres, o século XIX. Afrontamento, Porto, 1991.
- ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. 2ª ed., Global Ed., 1985.
- HOBSBAWN, E. J. Mundos do trabalho. Paz e Terra, São Paulo, 2ª ed., 1987
- HOBSBAWN, E. J. A Era das Revoluções, 1789-1848. Paz e Terra, 4ª ed., 1982
- SINGER, P. A formação da classe operária. Atual, São Paulo, 1985.
- SINGER, Paul. Uma utopia militante. Repensando o Socialismo. Vozes, Petrópolis, 1998.
- THOMPSON, E.P. The making of the English working class.

Notas

- 1 SINGER, Paul. "Uma utopia militante. Repensando o Socialismo. Vozes, Petrópolis, 1998.
- 2 HOBSBAWN, E. J. "Mundos do trabalho". Paz e Terra, São Paulo, 2ª ed., 1987
- 3 ENGELS, F. "A situação da classe trabalhadora na Inglaterra". 2ª ed., Global Ed., 1985.
- 4 MARX, K., ENGELS, F. "O Manifesto Comunista". Coleção Leitura. Paz e Terra, São Paulo, 1999.
- 5 HOBSBAWN, E. J. "A Era das Revoluções".
- 6 THOMPSON, E.P. "The making of the English working class".
- 7 Idem.
- 8 ENGELS, F. Idem.
- 9 COLE, G. D. H. "A century os co-operation". London, 1944.
- 10 Idem.
- 11 ENGELS, F. Idem.
- 12 BIRCHALL, J. The international co-operative movement. Manchester and New York, 199

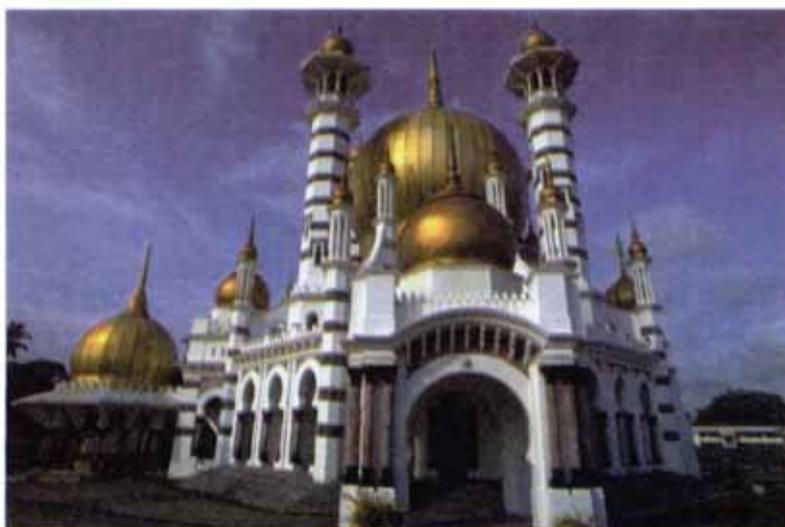
A aparência apresentada como imagem refletida do desejo, na qual caímos

Wolfgang Fritz Haug

A manifestação promete mais, bem mais do que ela jamais poderá cumprir. Nesse sentido, ela é a aparência na qual caímos. O contato *d'As mil e uma noites* em que ocorre a bela aparência na qual “caímos” – e não no sentido figurado –, liga-a significativamente ao capital mercantil.

É a história da cidade de Messing¹. Cercada por altas muralhas de pedras escuras, com os portões bem encaixados, de modo que não se pudesse, mesmo querendo, distingui-los do muro, estava a cidade de Messing, que por causa de seus telhados, era chamada de Messing andaluza, no meio do deserto, como um cofre cheio de capital-mercadoria do comércio de luxo. Os enviados do califa fizeram uma escada, uma vez que não se podia encontrar o portão. Uma pessoa subiu “até chegar lá em cima; em seguida aprumou-se, olhou fixamente para a cidade, bateu palmas e gritou o mais alto que pode: ‘Como você é bonita!. E jogou-se para dentro da cidade; lá, foi completamente triturada até os ossos. O emir Mûsa, porém disse: ‘Se um homem sensato age assim, o que faria então um louco?’”.

A cada vez que alguém sobe, a cena se repete, até a expedição perder doze homens. Por fim, subiu o único que conhecia o caminho para Messing e também o caminho de volta para casa, o sheik Abd es-Samad, “um homem sábio, muito viajado ... um ancião bastante delibitado pelas fugas e pela





passagem dos anos". Se ele também caísse no encanto, toda a tropa estaria perdida. Ele subiu a escada, "invocando incessantemente o nome de Alá, o sublime, e rezando os versos da salvação até chegar em cima do muro. Lá ele bateu palmas e olhou fixamente para frente. O povo, contudo, gritou: 'Oh, sheik Abd es-Samad, não faça isso! Não se jogue lá embaixo!'... Ele, então, começou a rir e ria cada vez mais alto".

Mais tarde, ele explicou que descobrira a superficialidade da aparência: "De cima do muro vi dez virgens despidas acenando para mim com as mãos pedindo para eu descer; pareceu-me que havia um local cheio de água logo abaixo". O encanto da ilusão sexual – uma atração arrasadora em uma cultura na qual as mulheres deviam andar cobertas com véus – se desfez em razão da sua devoção e sobretudo da sua idade... "Certamente", conclui, "é um encanto perverso inventado pelos habitantes da cidade para afastar quem quisesse olhá-la ou então invadi-la". A aparência na qual caímos foi inventada aqui, com base na perspectiva da posse do valor de troca. O que cai nela é um desejo impulsivo. Os que saltam do muro fazem-no partindo de um ponto de vista crédulo do valor de uso.

A história da cidade de Messing conhece ainda um outro aspecto da contradição entre valor de uso e valor de troca, desta vez com a queda daqueles que se deslocam na perspectiva do valor de troca. É que a cidade é povoada apenas por cadáveres enrugados, e fica-se sabendo também a razão: faltou, afinal, aos proprietários e aos habitantes o valor de uso vital em meios aos seus valores de troca incomensuráveis. Durante sete anos não tinha caído uma gota de chuva; a vegetação havia acabado e todas as pessoas tinham morrido de fome.

A aparência na qual caímos é como um espelho, onde o desejo se vê e se reconhece como objetivo. Tal como em uma sociedade capitalista monopolista, na qual as pessoas se defrontam como uma totalidade de aparências atraentes e prazerosas do mundo das mercadorias, ocorre por meio de um engodo abominável algo estranho e pouquíssimo considerado em sua dinâmica. É que seqüências intermináveis de imagens acercam-se das pessoas atuando como espelhos, com empatia, observando o seu íntimo, trazendo à tona os segredos e espalhando-os. Nessas imagens evidenciam-se às pessoas os lados sempre insatisfeitos de seu ser. A aparência oferece-se como se anunciasse a satisfação; ela descobre alguém, lê os seus desejos em seus olhos e mostra-os na superfície da mercado-



ria. Ao interpretar as pessoas, a aparência que envolve a mercadoria mune-a com uma linguagem capaz de interpretar a si mesma e ao mundo. Logo não existirá mais nenhuma outra linguagem, a não ser aquela transmitida pelas mercadorias. Como é que alguém, constantemente assediado por uma coleção de imagens de desejos já previamente desvendadas, se comporta e, sobretudo, se modifica? Como é que alguém, que sempre obtém o que deseja – mas somente enquanto aparência –, se modifica? O ideal da estética da mercadoria seria manifestar o que mais nos agrada, do que falamos, o que procuramos, o que não esquecemos, o que todos querem, o que sempre quisemos. O consumidor é servido sem resistir, seja por parte do aspecto mais marcante, mais sensacional ou do mais desprezioso e mais cômodo. Serve-se com a mesma deferência tanto a avidez quanto a preguiça. ²

Haug, Wolfgang Fritz. 1997.

A aparência apresentada como imagem refletida do desejo, na qual caímos. In: Crítica da Estética da Mercadoria. Tradução: Erlon José Paschoal. São Paulo. Fundação Editora da UNESP. Págs.: 76-78 e 83-84.

Notas

1. As mil e uma noites. Trad. Por Enro Littmann. Wiesbaden, 1953, v.4, p. 233-55.

2. Toda vez que o princípio de dominação através da servidão solícita reprime o tradicional, fazendo-o quase sempre desaparecer, ocorrem momentos nos quais o agente do capital lucrativo reflete melancolicamente sobre o curso dos tempos e se entrega aos bons velhos tempos. Quando o truste Oetker, depois de quatro anos de trabalho para o desenvolvimento da manifestação, lançou uma nova marca de cerveja no mercado, o comentarista do caderno econômico do Frankfurter Allgemeine Zeitung analisou: "E mais uma vez fica claro para nós em que mundo vivemos. Hoje, uma cerveja é projetada em uma prancheta e construída 'como sabão em pó ou um rádio'. Acabou-se o tempo em que o bravo mestre cervejeiro fabricava, de acordo com as normas dos antigos mestres, nada mais que suco de cevada. Quem pede hoje ao garçom uma cerveja, recebe um artigo de marca pensado em formas aerodinâmicas". Melancolicamente termina o comentário: "brindemos e bebamos aos velhos tempos de produção de cerveja, quando ela era apenas cerveja e nada mais" (Frankfurter Allgemeine Zeitung, 8.9.1971). As pesquisas laboratoriais do grupo Oetker, no desenvolvimento de sua marca nacional de cerveja, a Prinz Pilsener, orientaram-se desde o princípio rumo a um produto, chamado Marketing-Mix. Com isso ficou evidente que o seu corpo de mercadoria líquida deveria ser construído a partir da concepção da "recepção" e das campanhas publicitárias. Depois de mais uma vez ter ficado claro para o comentarista do Frankfurter Allgemeine Zeitung em que mundo ele vive, e de ele ter bebido sua melancolia junto com o Marketing-Mix, ele pode voltar para sua fábrica jornalística diária – se pudermos julgar com base no jornalismo do Frankfurter Allgemeine Zeitung – de confundir sistematicamente para assegurar o domínio do mundo do grande capital; prática essa que cria normalmente tais pretextos para ocasionais melancolias produzidas em série.



Os Princípios da Aliança Cooperativa Internacional (ACI)

Diva B. Pinho

Em 1995, no Congresso realizado em Manchester, a ACI estabeleceu os princípios que regem o funcionamento de toda e qualquer cooperativa no mundo, resumidos nas sete proposições a seguir:

- 1.** Associação voluntária e aberta: ou seja, podem associar-se a cooperativas todos aqueles que apresentem condições de utilizar serviços e queiram aceitar as responsabilidades de associado, sem discriminação de gênero, social, racial, política ou religiosa.
- 2.** Controle democrático dos membros: significa participação ativa e direta de homens e mulheres associados, quer no estabelecimento de diretrizes políticas, quer na tomada de decisões. E enquanto nas cooperativas de primeiro grau pratica-se a igualdade de direito (um membro, um voto), nos demais níveis os critérios de votação poderão ser estabelecidos segundo a representação dos associados por um determinado número de delegados devidamente credenciados.





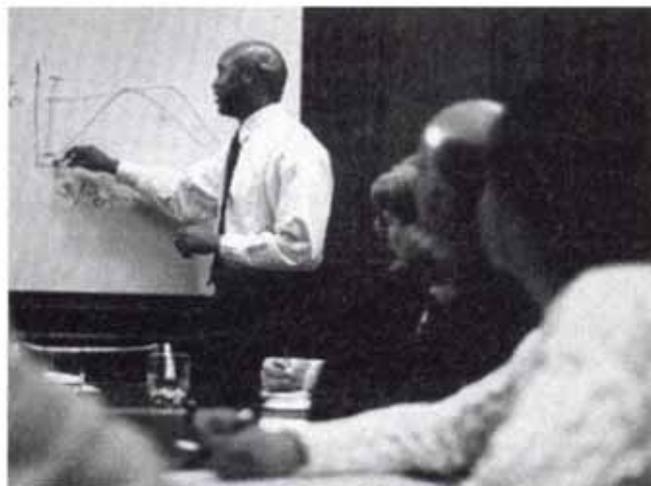
3. Participação econômica dos membros: ou seja, controle democrático da cooperativa e igual contribuição ao capital, sendo que uma parte do capital social constitui propriedade comum da cooperativa. A Assembléia Geral poderá fixar uma limitada compensação ao capital subscrito como condição ao membro que associa-se à cooperativa (quotas-partes), bem como benefícios aos cooperados na proporção de suas transações com a cooperativa. Poderão, ainda, ser criadas outras contribuições – para fundo de reserva, o desenvolvimento das atividades da cooperativa ou outras iniciativas aprovadas pelo corpo de associados.

4. Autonomia e independência: decorrem do entendimento adotado pela ACI de que a cooperativa é uma associação de ajuda-mútua de pessoas que se unem voluntariamente para atender suas necessidades nas áreas econômica, social e cultural, controlando elas mesmas o funcionamento de sua organização. No caso de haver entendimentos para apoio de outras organizações, inclusive governos, ou captação de recursos de fontes externas, devem ser asseguradas a autonomia e o controle democrático da cooperativa por seus próprios associados.

5. Educação, treinamento e informação: dos associados, dos representantes eleitos, dos executivos e empregados da cooperativa para que eles possam, efetivamente, contribuir para o seu desenvolvimento. Além disso, a natureza e os benefícios do cooperativismo devem estender-se ao público, em especial aos jovens e aos líderes da comunidade.

6. Cooperação entre cooperativas: o trabalho conjunto e/ou a interação das cooperativas, em níveis local, regional e internacional, fortalecem o movimento cooperativo e atendem os cooperados de maneira mais efetiva.

7. Preocupação com a comunidade: ou seja, os membros das cooperativas, devem aprovar políticas especiais com





o objetivo fundamental de contribuir para o desenvolvimento sustentável de suas respectivas comunidades.

"A ACI, durante as comemorações de seu centenário, reafirmou que os valores cooperativos estão baseados na ajuda-mútua, auto-responsabilidade, democracia, igualdade, eqüidade e solidariedade. Com base na tradição de seus pioneiros, a ACI reiterou a importância dos valores éticos da honestidade, dos mecanismos democráticos de consulta e informação dos associados, da responsabilidade social e da associação voluntária de pessoas para se entre-ajudarem economicamente. E insistiu na importância atual de direcionamento do modelo cooperativo para o desenvolvimento auto-sustentável, a valorização dos recursos humanos, a participação consciente de seus associados, a defesa da ecologia e a interação da cooperativa com o entorno econômico, político e social".

Pinho, Diva B. Presidente do Comitê OCB de Gênero em Cooperativas – Tradução e adaptação de publicações de divulgação da ACI